

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

#### Extrato da Ata da 3ª reunião – 2022

#### 1) IDENTIFICAÇÃO:

**Data/Hora/Local da Reunião:**

23/11/2022 – 14hs – Presencial/Videoconferência

**Participantes (Membros):**

SECPRES – Josmar Ambrus

SECCRE – Mônica Miranda Gama Monteiro

SECAD- Lilian Gasparin

SECGP - Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann

SECOFC – Helton Jose Sanchez

SECPE - Solange Maria Vieira

SECTI - Gilmar José Fernandes de Deus

SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura

SECOM - Marden Lincoln Amaral Machado

CPEG – Diogo Sguissardi Margarida

ASJUR – Lucianna Maria de Araújo Sampaio

OUVDA – Mariana Pirih Cordeiro, representada por Richard Hartmann

Chefe de Cartório da 104ª ZE de Primeiro de Maio – Maurício Pires da Costa

Chefe da Seção de Contratos – Ana Alice de Carvalho de Barros

**Presentes também:**

- Secretária de Auditoria Interna: Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira;
- Coordenadora de Sistemas: Desiree Hernandez Mausbach Ricco;
- Assessora Técnica da SECAD: Rachel Ivania Tasca e Lazzari;
- Chefe do Gabinete da Presidência: Marluze Mathias Janke Toigo;
- Servidores da ALGPDPsi: Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues e Fabio Henrique da Silva Skonieczny
- Servidoras da Seção de Apoio à Governança Institucional: Luciana Campanholi e Kelly Padilha Lopes, responsável por secretariar os trabalhos.

**Pauta/Finalidade:**

1. Analisar a possibilidade/viabilidade de configuração dos dados na licença do Google Workspace (Diferenciar acesso interno e externo).
2. Analisar a Resolução do TRE-PR nº 855/2020 (Regulamenta o acesso à informação, previsto na Lei nº 12.527/2011, no âmbito do TRE-PR):
  - a) Se precisa de atualização;
  - b) Se o sistema PAD atende o normativo quanto à definição dos graus de sigilos dos documentos.
3. Validar o Mapeamento do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais – RIDP (foi substituído o mapeamento do RIDP da SECCRE e da SECJUD pelo da SECPLEI).
4. Relatório TCU – PAD 33.987/2022.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 2) **DEBATE:**

1. Noticiado que o TRE-PR foi agraciado com o Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade – edição 2022.
2. Informado que o PAD nº 7086/2018, referente à contratação da Unimed, tramitou pelas áreas interessadas e contou com a inclusão das cláusulas inerentes à proteção dos dados pessoais.
3. Exposto a respeito das ações que devem ser implantadas, considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a utilização da licença do Google Workspace, que foi atualizada para a versão que conta com acesso ilimitado.
4. Sugerida reunião entre a Assistência de LGPD e Processos de Segurança da Informação – ALGPDPSI, a Secretaria de Tecnologia da Informação - SECTI e as demais secretarias para tratar sobre a configuração de acesso aos dados que transitam na licença do Google Workspace.
5. Destacada a importância de ser criada política que trata a respeito do uso da ferramenta do Google Drive.
6. Sugerido que a ALGPDPSI efetue um estudo com o levantamento de listagem dos *sites* considerados inseguros para o Tribunal, para que eventual bloqueio seja definido na próxima reunião.
7. Destacado, em atenção a análise da Resolução do TRE-PR nº 855/2020, que trata do acesso à informação previsto na Lei nº 12.527/2011, que o sistema PAD possui 3 graus de sigilo: normal, restrito e sigiloso.
8. Enfatizada a importância de implantação da “gestão documental”, que terá reflexo direto no sistema PAD, com relação a classificação de sigilo dos documentos e processos.
9. Estimada a implantação de liberação da assinatura dos documentos do PAD, pelos usuários externos, para 15/02/2023.
10. Mencionada alteração do calendário de validação do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais – RIDP, com relação aos dados da Secretaria Judiciária - SECJUD e Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral - SECCRE e foi concluída com foco nos dados da Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação – SECPLEI.
11. Apresentado o material a respeito do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais – RIDP, realizado para abranger o tratamento dos dados pessoais da SECPLEI, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
12. Demonstrado o arquivo com o Relatório do TCU, que tramitou no PAD 33.987/2022, destacando as ações feitas pelo Tribunal, bem como as que demandam aprimoramento.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**13.** Destacado que deve ser formalizada nova política com relação aos dados que devem ser protegidos, com a previsão de adequação às normas de LGPD, para que já no Estudo Técnico Preliminar, sejam observadas as regras necessárias para contratação de novos sistemas e serviços.

**14.** Sugerida a criação de eventos formais no calendário 2023 sobre LGPD, Segurança Cibernética e da Informação, para mostrar na prática as ações do Tribunal. Nesse aspecto, ventilada a possibilidade de convite para participação de outros Tribunais, para expor boas práticas.

**15.** Noticiado que está em estudo pela Presidência TRE-PR e do TJ-PR a possibilidade de que os próximos cursos a serem ministrados aos magistrados sejam feitos em parceria pelas escolas dos referidos órgãos, para que já constem as duas escolas nos certificados e evite duplicidade de capacitação sobre o mesmo tema.

**16.** Sugerido que a TI e a LGPD realizem reunião de alinhamento, com a formatação do fluxo de trabalho, em relação à nova política de contratação de sistemas, para que este tema volte ao Comitê já com proposta em definitivo.

### 3) **DELIBERAÇÕES:**

**1.** Marcar reunião para tratar sobre a configuração do acesso aos dados da licença google Workspace.

**2.** Efetuar estudo e redigir a lista com o nome dos sites considerados inseguros para o Tribunal.

**3.** Levantar alguns processos PAD que estão com visibilidade aberta, mas demandam sigilo.

**4.** Analisar a possibilidade de manter-se o compartilhamento individual de arquivos dos usuários, mantendo a segurança dos dados conforme as boas práticas em Segurança da Informação.

**5.** Fazer reuniões específicas com os envolvidos diretamente no assunto e evoluir formalmente a respeito dos seguintes temas:

- a)** Tabela de Temporalidade dos Documentos;
- b)** Gestão Documental.

**6.** Planejar treinamentos aos usuários, a respeito dos seguintes temas:

- a)** Uso das ferramentas do google;
- b)** Cuidado aos acessos das páginas da *internet*;
- c)** Desenvolvimento de softwares em conformidade com a LGPD

**7.** Formalizar política com foco na Proteção de Dados, Classificação da Informação, considerando a LGPD, a Acessibilidade e a Segurança Cibernética.

**8.** Apresentar Cronograma para a elaboração do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais – RIDP em todas as secretarias, salvo SECPLEI.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**9.** Prever para o calendário 2023 a realização de eventos formais sobre LGPD, Segurança Cibernética e da Informação, inclusive com a participação de outros Tribunais, para divulgar as boas práticas aplicadas.

**10.** Promover cursos, divulgar vídeos explicativos e guias rápidos para apoiar os magistrados na utilização dos sistemas PJE, PAD e nas ferramentas que viabilizam serviços nos arquivos em PDF.

**4) ENCERRAMENTO:**

Concluídos os trabalhos, eu, Luciana Campanholi, Servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato que, conforme deliberado, será publicado na página de Internet deste Tribunal.